

“É o Rio da História, da História do Brasil”: Luis de Menezes Medeiros Neto e a historiografia do rio São Francisco nos anos 1940

“It is the River of History, the History of Brazil”: Luiz de Menezes Medeiros Neto and the historiography of the São Francisco River in the 1940s

Antonio Fernando de Araújo Sá 

Doutor em História

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

fernandosa1965@gmail.com

Resumo

Esse artigo busca situar o livro *História do São Francisco* (1941), do padre Luiz de Menezes Medeiros Neto (1914-1992), no contexto intelectual do Estado Novo (1937-1945). Em continuidade às narrativas sobre as potencialidades do rio São Francisco, da segunda metade do século XIX e início do século XX, o historiador se constitui em um interessante estudo de caso para se refletir a convergência entre a produção historiográfica e o discurso político, no que se refere ao rio São Francisco, para se pensar os destinos do Brasil como nação. Diferindo de outros escritores da década de 1940, voltados à reportagem e ao ensaio, o clérigo buscou articular as memórias regional e nacional para estabelecer uma síntese histórica do São Francisco como base do Brasil autêntico e sertanejo. Nela discutimos os usos políticos da história que são articulados - passado, presente e futuro - para a definição do rio como fundamental à integração do território e do modelo para o enfrentamento da “questão racial”, conforme as políticas de Getúlio Vargas à época.

Palavras-chave: Historiografia; Rio São Francisco; História de Alagoas; Historiografia; Estado Novo (1937-1945).

Abstract

This article seeks to place the book History of the São Francisco (1941) by Father Luiz de Menezes Medeiros Neto (1914-1992) in the intellectual context of the Estado Novo (1937-1945). Continuing the narratives about the potentialities of the São Francisco River from the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century, the historian constitutes an interesting case study to reflect on the convergence between historiographical production and political discourse regarding the São Francisco River, in order to consider the destinies of Brazil as a nation. Differing from other writers of the 1940s, focused on reporting and essays, the cleric sought to articulate regional and national memories to establish a historical synthesis



<https://doi.org/10.28998/rchv16n31.2025.0004>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 05/12/2024

Aceito em: 23/05/2025

Publicado: 10/07/2025

e-Location: 18729

of São Francisco as the basis of authentic and sertanejo Brazil. In it, we discuss the political uses of history that are articulated - past, present, and future - for the definition of the river as fundamental to the integration of the territory and the model for confronting the “racial issue,” according to the policies of Getúlio Vargas at the time.

Keywords: *Historiography; São Francisco River; History of Alagoas: Historiography; Estado Novo (1937-1945).*

Introdução

Na história da historiografia no Brasil, alguns temas são marcantes na definição da identidade nacional, como é o caso da história do rio São Francisco como fator de “unidade nacional”. Essa tradição historiográfica remonta ao século XIX, sendo defendida, entre outros, por Richard Francis Burton (1977, p. 182), como via de comunicação entre o litoral e o sertão, o Norte com o Sul, bem como, no início do século XX, por Vicente Licínio Cardoso, que afirmava ser o vale do rio São Francisco fator histórico-geográfico fundamental para as unidades étnica, social e política do Brasil (Cardoso, 1979, p. 8).

Entretanto, em meados da década de 1930, como “ainda não era o Rio da unidade nacional para todos, [...] foi preciso correr alguma tinta em propaganda, repetição e escrita para o uso do epíteto se consolidar” (Martins, 2022, p. 120). Assim, essa construção discursiva se consolidou nos anos 1940 e 1950, por meio de uma disputa discursiva em torno da unidade do “Vale do São Francisco”, quando forjou-se um novo regionalismo no discurso de parlamentares, intelectuais e técnicos oriundos dos estados banhados pelo rio, todos eles detentores “de capital simbólico suficiente para se fazerem acreditar e/ou ocupar espaços no campo político necessários para implementar o que propõem” (Pereira, 2017, p. 141; Paula, 2017, p. 125).

Ao optar por trazer a trajetória política e intelectual de Luiz de Menezes Medeiros Neto (1914-1992) como um estudo de caso, pretendemos pensar a convergência entre a produção historiográfica e o discurso político no contexto do Estado Novo (1937-1945), no que se refere ao rio São Francisco para se pensar os destinos do Brasil como nação. A sua narrativa traz a dimensão do uso político do conhecimento histórico, cujas “sentenças formadas com ‘pode’ e ‘deve’”, referem-se a um “discurso narrativo potencialmente construtivo (se não decisivo) para a sobrevivência da sociedade”. Nesse sentido, de um modo geral, os historiadores têm visto

suas obras “como uma contribuição mais para uma autoconcepção política da identidade (coesão) social (comunitária) do que uma mera especialidade profissional”. Portanto, “topos tradicional da ‘história, mestra da vida’, apesar da frequente restrição quanto à impossibilidade de ela fornecer receitas acabadas para o agir presente e futuro, permanece, contudo, sempre ativo” (Martins, 2001, p. 100, 105 e 107).

Nascido nas margens do rio São Francisco, na cidade alagoana de Traipu, em 22 de novembro de 1914, Medeiros Neto foi deputado federal em vários mandatos (PSD/AL e ARENA/AL), sendo reeleito sucessivamente até o AI-2 (1965). Considerado como um dos principais representantes do pensamento conservador católico no Congresso Nacional, tendo atuado na Constituinte de 1946 e Ação Democrática Parlamentar (ADP) nos anos 1960, o parlamentar se destacou pelo discurso anticomunista, tendo sido, durante o governo João Goulart (1961-1964), um “ferrenho opositor das propostas de reforma agrária do governo, não se abstendo também de criticar com veemência a Política Externa Independente” (Ribeiro, 2021, p. 194).

Em texto veiculado no *Correio da Manhã* (6/6/1946, p. 1), inclusive defendeu a herança do Estado Novo, “como um servidor do governo Getúlio Vargas, dirigindo duas repartições no seu Estado, o Departamento de Educação e o Departamento de Municipalidades. Assim, não podia aceitar quaisquer oposições à administração que o Brasil teve durante cerca de quinze anos”.

Ordenado padre em 1935, realizou estudos de Filosofia e Letras no Seminário de Aracaju, além de “estágio de estudos pastorais na paróquia de Marília (SP)”. Foi “Diretor do Departamento de Educação, entre 1942 e 1945, bem como Diretor do Departamento das Municipalidades e de Assistência ao Cooperativismo (1941-45), além de professor catedrático da cadeira de História do Brasil, do Instituto de Educação, em Maceió (AL), com uma tese sobre a história do rio São Francisco (1941). Membro da Academia Alagoana de Letras, da Associação Alagoana de Imprensa e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, sendo presidente desta instituição no período de 1983 até o seu falecimento em Maceió, no dia 9 de novembro de 1992 (Barros, 2005, p. 242).

Do ponto de vista historiográfico, o padre Medeiros Neto pode ser inserido como um dos principais intérpretes da história de Alagoas nos anos 1940, com a produção da referida tese escrita para o concurso da Cadeira de História do Brasil, do antigo Instituto de Educação de Alagoas. Mesmo não fazendo parte à época do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,

vemos certas similitudes com os artigos publicados no periódico desta instituição, no que se refere à “construção de um conhecimento histórico local, da federação, no intuito de evidenciar as diferentes experiências da República brasileira” (Santos, 2013, p. 106). Nesse sentido, é perceptível uma continuidade do seu trabalho com Francisco Henrique Moreno Brandão, um dos principais historiadores deste instituto na primeira metade do século XX, em seu texto clássico *O Baixo São Francisco: o rio e o vale* (1905), que se inseria nos quadros das narrativas sobre as potencialidades do rio São Francisco, na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

Tributário das diretrizes do Estado Novo (1937-1945), o clérigo compartilhava uma série de valores educacionais para a cidadania no Brasil, como o “culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e, também, ao trabalho” (Gomes, 1996, p. 63), para a sua escrita da história do “rio da unidade nacional”. Entretanto, diferentemente dos ensaios ou das reportagens sobre o rio, escritos por Cavalcanti Proença, Carlos Lacerda e Orlando Carvalho, Medeiros Neto optou por uma narrativa histórica que mesclou as memórias regional e nacional sobre o São Francisco, tratando-o como “um espaço autêntico da nacionalidade” (Martins, 2022, p. 120).

O nosso propósito é analisar essa construção discursiva da “história do rio como a história do destino da nação”, a partir da produção historiográfica e do discurso político do padre Luís de Medeiros Neto, tanto pelo citado livro, *História do São Francisco* (1941), quanto pela atuação como deputado federal constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD-AL), quando interveio nos debates sobre os projetos de desenvolvimento para o vale do São Francisco, na segunda metade da década de 1940, como líder da bancada e membro da Comissão do Vale do São Francisco (1948).

História e política do rio São Francisco nos anos 1940

No Estado Novo, o trabalho simbólico de intelectuais, ideólogos do regime autoritário, buscou “definir e implementar uma política que expressasse, que representasse, que produzisse a unidade nacional” (Oliveira, 2008, p. 14), tomando a história do Brasil como “uma dimensão fundamental e homogeneizadora da consciência nacional”. Como apontou Ângela de Castro Gomes, esse foi um “momento particularmente rico para a delimitação de uma construção intelectual da história do Brasil”, principalmente por explicitar que “os discursos da

nacionalidade têm a marca da conquista do território e da luta por sua manutenção como eixo essencial” (1996, p. 22, 23 e 24).

Conforme Nilo Odália (1997, p. 139), Oliveira Vianna, um dos ideólogos do Estado Novo, leu a História do Brasil a partir do espaço geográfico para se pensar a nação:

Da apropriação do território nacional, processo lento de quatro séculos, tanto nasceram alguns dos nossos mais agudos problemas, em razão da nossa dispersão e da centrifugação impostas pela vastidão de nosso território, como daí também se originaram as nossas melhores qualidades e atributos, aquelas e aqueles que conformam o nosso caráter nacional.

Para enfrentar o isolamento, a solidão e a dispersão, que atuavam como forças centrífugas oriundas do latifúndio, marca registrada de nossa história colonial, a solução encontrada por Vianna, foi defender o Estado corporativista para criar a ideia de nação solidária, baseada na unidade política, na continuidade administrativa e na autoridade central (Odália, 1997).

A intervenção estatal no rio São Francisco, durante o Estado Novo, foi marcada por “iniciativas estatais de construção de colônias agroindustriais no rio São Francisco capazes de induzir o desenvolvimento na chamada hinterlândia no âmbito do programa Marcha para Oeste, que tiveram mais efeito de propaganda do que intervenção efetiva”. Somente nos estertores da ditadura estado-novista, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, “empresa pública de capital misto com foco na produção hidrelétrica no trecho encachoeirado do São Francisco”, que iniciou, em 1948, a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, inaugurada em 1954 (Martins, 2023, p. 142 e 145).

Simpaticante das ideias autoritárias, a obra de Medeiros Neto reiterava o apoio ao golpe do Estado Novo (1937), afirmando que foi “o golpe mais humano e mais eficiente que aquele outro de outubro de 1930” como “fiel cumpridor da sua missão de revisor moral da administração pública”. Ao citar o caso de Delmiro Gouveia, ele criticava, de modo contundente, a política na Primeira República, marcada por um “Brasil, fraco em suas leis, enfraquecido pelos seus guias”. Para o historiador, o “desenvolvimento comercial dos nossos portos, procurando torná-los eficientes”, seria fundamental para o Vale do São Francisco, especialmente no que se refere ao porto de Penedo pelo impacto comercial de exportação que exercearia no Baixo São Francisco, com “dragagem constante e profícua” (Medeiros Neto, 1983, p. 95-96).

Sua adesão ao ideário autoritário, contudo, ia além, aproximando-se do antisemitismo, ao questionar, no referido livro, *Por que tantos agiotas não se preocupam em inverter este capital estagnado, judaicizado, em bem do Brasil?* (Medeiros Neto, 1983, p. 101). No livro *Nacionalismo político e econômico* (1937), Geraldo Rocha faz um comentário semelhante, considerando os “judeus parasitas” e um “perigo iminente ao desenvolvimento do país” (Ribeiro, 2022, p. 227-228).

Nesse sentido, a adesão desses historiadores e políticos ao Estado Novo os aproximava da postura antisemita do governo Vargas, em que sua “intensa campanha de brasiliade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba [...] prestou-se a encobrir valores racistas e antisemitas sustentados pela elite política” (Carneiro, 2005, p. 344-345). Para Marcos Chor (1988, p. 305), “a instabilidade política, o crescimento das correntes antiliberais, o golpe de 37 e o Estado Novo contribuíram em parte para que setores das elites políticas e da intelectualidade concebessem os judeus como fonte de todos os males do mundo moderno”.

Podemos aludir, então, que tanto Medeiros Neto quanto Geraldo Rocha se aproximavam mais das ideias reacionárias de Gustavo Barroso, em seu antisemitismo e marcado pelo tradicionalismo, do que de outros ideólogos integralistas próximos dos fascismos italiano e português, nos anos 1930 (Meneses, 2006, p. 48).

Como parlamentar, as suas ideias anticomunistas e de defesa da Igreja, Pátria e Família faziam com que integralistas, como Plínio Salgado, afirmassem existir integralistas em outros partidos, nomeando Medeiros Neto como um deles, como registrado no *Correio da Manhã* (21/8/1946, p. 1). Mesmo contestando tal afirmação, de ser ele integralista, o deputado alagoano votou, com ressalvas, na aprovação de voto de congratulação pelo deputado integralista Godofredo Teles “pela tentativa de rearticulação dos ‘camaradas verdes’” (Correio da Manhã, 9/7/1948, p. 1).

Ao mesmo tempo, a sua atuação política buscava a valorização econômica do Vale do São Francisco (Correio da Manhã, 11/10/1946, p. 1), tornada questão nacional na conjuntura dos anos 1940. Segundo Flávio Dantas Martins, há indícios de que o livro escrito por Medeiros Neto circulou “na comissão parlamentar especial de aproveitamento econômico do São Francisco, quando o clérigo foi deputado constituinte em 1946”, conforme as atas de 25 de outubro de 1946. Todavia, o historiador identificou que o livro foi “sumariamente ignorado pelos colegas, segundo as atas, já que a obra nunca foi citada pelos edis. Em que pese o padre

historiador fosse especialista no tema, teve papel pouco expressivo na comissão citada” (Martins, 2022, p. 136).

O Plano de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco projetou os problemas do rio como questão nacional, priorizando o “domínio das águas” como “elemento vital e organizador de toda uma estratégia de planejamento econômico de uma grande área” (Paula, 2017, p. 84). Vinculada à Presidência da República e gozando de autonomia financeira e administrativa, a Comissão do Vale do São Francisco foi criada, em 1948, após longo debate parlamentar.

Contudo, a participação política do parlamentar alagoano ateve-se mais à dimensão local e municipal do que nacional, na medida em que seguia a “lógica discursivo-política que rege outras construções regionais, como a mineiridade e a baianidade”, que eu acrescentaria a alagoanidade ou a sergipanidade, tendo como pano de fundo a noção de que há uma confluência de interesses interoligárquicos para a redenção do Vale do São Francisco, no sentido de construir o recorte são-franciscano como estratégico para a nação. Para Dilma A. Paula, “sob a capa do ‘São Francisco’ ou da ‘nação’, prevalece a lógica localista e o cálculo político individual” (2017, p. 126 e 135).

Em notícia publicada no *Correio da Manhã* (8/3/1946), seus requerimentos apontavam para essas reivindicações das bases locais alagoanas, como o “auxílio financeiro ao socorro e ajuda às populações e cidades alagadas alcançadas” pelo rio São Francisco. Ao mesmo tempo, pedia a construção de cais nas cidades ribeirinhas de Porto Real do Colégio, Traipu e Pão de Açúcar, bem como a drenagem do estuário do São Francisco e a ampliação de um canal para a navegação de cabotagem.

O seu comprometimento com os chefes políticos locais e as oligarquias estaduais está exposta na própria narrativa da obra, registrando que seu pai foi “prefeito da [sua] cidade [natal], pela segunda vez, substituindo o seu sobrinho Afonso de Freitas Melro. Governava o Estado o Dr. José Fernandes de Barros Lima, com cuja ascensão [sic] havia decaído o meu tio-avô, Cel. Serapião de Albuquerque, senador semente, como fora apelidado, após a queda do Dr. Euclides Malta” (Medeiros Neto, 1983, p. 76).

Entretanto, para o clérigo, “o rio desta História estava sem história. Muito se tem escrito sobre o São Francisco, motivo de exploração. Nada se escreveu com a intenção de dar uma história a este rio”. Como defendido anteriormente por Vicente Licínio Cardoso, essa

“ignorância rebelde e perigosa” sobre o rio, “que fez o Brasil”, representava a omissão em conhecer o próprio Brasil (Medeiros Neto, 1983, p. 4 e 77; Cardoso, 1979, p. 8).

O seu discurso historiográfico e político pode, assim, ser inserido no debate mais amplo sobre o desenvolvimento regional, em continuidade a técnicos e políticos, na busca por transformar em unidade, “uma vasta região”, com grande potencial econômico inexplorado”, cujo “aproveitamento’ seria uma necessidade nacional” (Paula, 2017, p. 122-123).

História do rio São Francisco (1941)

Nos prolegômenos do livro estão delineadas as ideias centrais defendidas pelo historiador sobre o rio São Francisco - “rio da unidade”, “rio da raça” e “rio da história” -, tendo como pano de fundo sua concepção da história como “mestra da vida”, isto é, “uma súmula de verdades definidas” (Medeiros Neto, 1983, p. 3 e 31).

Manoel L. S. Guimarães alerta-nos sobre os usos políticos da disciplina histórica, destacando a produção de identidades que “foram naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente”. As suas reflexões contribuem para pensarmos a construção de um discurso do rio São Francisco como rio da unidade nacional nos anos 1940, em continuidade com uma memória da nação que se submeteu à concepção de história, defendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante todo o século XIX e o início do XX, que lia o passado, “segundo as construções e demandas do presente” (Guimarães, 2000, p. 22 e 33).

No contexto da consolidação do Estado Nacional, no século XIX, esse caráter pragmático da história assumiu um viés centralizador de homogeneização da visão do Brasil, verificado nos relatos de viagens e exploração do território brasileiro, como forma de registro dos contornos da nação em suas diversas regiões, presentes na revista do citado Instituto Histórico. Além da exploração econômica dos sertões, o estabelecimento de uma política de fronteiras se pautava no conhecimento histórico para legitimar decisões políticas quanto às questões de limites e fronteiras (Guimarães, 1988).

Ecos dessa historiografia, que estava enraizada nos institutos históricos estaduais, são encontrados em sua narrativa, especialmente na junção entre os tempos pretéritos e os do presente que projetava o futuro do “rio da unidade nacional”, em uma continuidade legitimadora

do São Francisco como o rio da “História do Brasil”. Ao mesmo tempo, serviu para a crítica à ausência de uma política de desenvolvimento no vale, por parte dos governos republicanos, em contraposição às iniciativas de D. Pedro II, principalmente no que se refere à navegabilidade do rio. Daí suas palavras reiterarem que “o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro se jogam, em um drama político de vida e morte, em redor da história e da geografia que o São Francisco vem oferecendo, através das seculares gerações”. Este rio distingua-se em sua “missão como caudal centralizadora, que congregou, no coração do continente cabralino, as melhores energias humanas do nosso país. [...] Do sul ao norte da grandeza física da nacionalidade, o Opara assinalou sua influência de magnífica força política pela Providência legada a nossa terra e a nossa gente” (Medeiros Neto, 1983, p. 77).

No livro *O Rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil* (1940), Geraldo Rocha havia afirmado ser a “história desse rio [...] a história dos destinos da Nação”, transformando “o rio São Francisco [...] como figura de linguagem na construção de uma narrativa sobre a existência da nação e do nacional” (Guimarães, 2017, p. 322). Metonimicamente, Medeiros Neto fez o mesmo ao reiterar que não “houve movimento social ou político, processado no teatro das atividades públicas da nação, que não tivesse, nesse rio, influxo e refluxo” (Medeiros Neto, 1983, p. 3).

Propomos um ordenamento distinto do autor para a análise historiográfica de sua *História do São Francisco*, dividindo-a em duas partes, interconectadas e complementares: a associação do “rio da história” com a unidade nacional e “rio da raça” como o “embasamento [sic] demográfico do Brasil”, na convergência “de todas as expressões humanas da terra”, caldeando-se “como uma mansão estrutural da etnologia brasílica: o negro, o selvícola e o branco” (Medeiros Neto, 1983, p. 4).

Rio da história e da unidade nacional

A sua narrativa se inicia com o “conceito medieval sobre as terras do Atlântico”, quando destacou a presença de Platão e Marco Polo na conformação do imaginário medieval, cuja “tradição cultural herdada da antiguidade foi fertilizada pelos complexos ciclos dos mitos celtas”, como um arquipélago perdido no meio do Atlântico, sendo que um dos nomes dessa ilha, onde se encontrava o Jardim das Delícias, era O’Brazil, “Ilha Afortunada” (Sevcenko, 2000, p. 27). Para o historiador alagoano, essas ilhas fantásticas foram registradas em mapa do Atlas Médicis (1351), nas cartas de Pzigani (1367) e de Jeffers (1376). Além delas, o mito do

Eldorado ressurgiu em meados do século XVI, conforme assertiva de João Ribeiro (Medeiros Neto, 1983, p. 9-10).

Contradictoriamente, após cunhar as lendas como ficções medievais, o autor afirmou que, com o “Descobrimento do Brasil”, “confirmaram os portugueses muitas hipóteses medievais sobre um reino de magnitudes mil, além das colunas de Hércules, de que tão enriquecidas estavam as suas imaginações de aventureiros do mar”. Esse imaginário se transferirá para o rio São Francisco, seja sobre a existência de um “sumidouro”, seja na imagem da Canastra como a “serra do paraíso” (Medeiros Neto, 1983, p. 14 e 19). Do imaginário paradisíaco registrado pelos cronistas, Medeiros Neto faz uma digressão sobre a data do descobrimento e a origem do seu nome, utilizando-se das obras de Southey, Varnhagen, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Veiga Cabral, Henrique Handelmann, Jonatas Serrano, Eliseu Reclus, entre outros, sem, contudo, sanar as suas dúvidas sobre a data de 4 de outubro de 1501 como o “descobrimento” do rio São Francisco.

Por privilegiar a ocupação histórica do baixo São Francisco, a sua escritura centrou-se no elogio à colonização portuguesa, a partir dos personagens do donatário/sesmeiro, do bandeirante e do missionário. Como afirmou Francisco José Alves:

O bandeirante vinha na busca dos minerais preciosos e do apresamento de indígenas; o missionário buscava o gentio para lhe salvar a alma, reunindo-o em missões. O sesmeiro demanda as margens do São Francisco buscando pastagem para o gado (Alves, 1993-1999, p. 234).

Nesse sentido, o historiador alagoano relevou a excursão de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, pelas águas do velho Chico, que resultou na fundação de Penedo, “primordial povoação do Baixo São Francisco”, em 1555. Em uma segunda excursão, em 1560, os seus filhos Duarte Coelho e Jorge de Albuquerque apaziguaram os índios ao redor da povoação, “com imensa vantagem” (Medeiros Neto, 1983, p. 32).

Na narrativa, o clérigo destacou que as “sesmarias constituíram os vastos latifúndios da era colonial”, mas que, “perdendo a sua influência, o rendeiro ou os seus descendentes se constituíram, historicamente, nos famosos fazendeiros dos séculos XVIII e XIX, grandemente, divulgados desde o Médio e o Baixo do São Francisco. A formação da fazenda era o começo de uma povoação: a casa grande, a casa do vaqueiro e a do ajudante de campo”. A partir de sua experiência de adentrar os sertões, o narrador afirmava ser a fazenda um “remate da obra dos

currais, como evolução criadora e povoativa do próprio curral, com a sua tapera ligada, a célula humana de tudo que temos, hoje, no povoamento do vale do São Francisco” (Medeiros Neto, 1983, p. 113-115).

A vinculação do São Francisco à pecuária remete à obra capistraneana, que trouxe o traçado dos caminhos antigos ligados ao povoamento do interior para o centro da narrativa da nação brasileira (Falcon, 2004; Canabrava, 1971), destacando o rio São Francisco, lugar onde se desenvolveram fazendas de gado e nasceram “estradas e o povoamento quase contínuo”. Para João Capistrano de Abreu, esse rio facilitou “a passagem de uma para outra bacia [Parnaíba], favorecendo, assim, a unificação econômica” (Abreu 1963, p. 293).

Ao tratar da ocupação holandesa (1624-1654), destacou, na seção “Maurício de Nassau e o São Francisco” (Medeiros Neto, 1983, p. 32-45). o “papel do São Francisco na guerra contra a ocupação holandesa”, colocando-o como “a fronteira entre Brasil e a Nova Holanda, estabelecendo o limite da invasão. Depois holandeses e ibéricos-americanos se enfrentaram nas margens do Rio em Penedo”. Depois a “batalha de Guararapes se mesclou com a ideia de rio da unidade nacional”, transformando-o, “como quase sujeito, permitiu a reunificação do país na expulsão dos invasores estrangeiros” (Martins, 2022, p. 137-138).

Essa trama narrativa da ocupação e da expulsão dos holandeses no Brasil do século XVII se afinava com a escrita da história de Francisco Adolfo de Varnhagen, comprometida com o ideal da nação no Segundo Reinado. Dentro do quadro de consolidação do Estado Nacional, a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se constituía em um programa de sistematização da história oficial, visando “recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos, até então, dispersos” (Schwarcz, 1993, p. 99).

Nilo Odália recorda-nos que a obra varnhageana conformou determinada memória da nação, que “consubstancia os anseios, as preocupações, os ideais, os projetos de uma classe dominante em relação a uma nação que está em vias de se constituir”. O seu livro sobre a *História das Lutas contra os Holandeses* (1872) representa uma história ativa e pragmática como instrumento político e patriótico, por conta do contexto da Guerra contra o Paraguai. Nela se consolidava o mito do sentimento pátrio nas guerras contra os holandeses, ao descrever minuciosamente as batalhas, visando “acentuar todos os detalhes que conduzem a dar uma forma específica à nação e a nacionalidade”. A vitória contra os holandeses representaria a

diluição entre reinóis e colonos, pois, no esforço comum de combate ao estrangeiro invasor, o que temos é o novo sentimento de brasiliade (Odália, 1979, p. 14 e 21).

Segundo o padre, “o São Francisco teve o papel do soldado *liberto* que ainda fez herói ao lado dos que se esgrimavam, aguerridos e afoitos, para expulsar os derradeiros abencerragens de um mercantilismo dominativo e imperialista, contra a liberdade dos seus filhos”. Em outra passagem, complementava que “é a mercê das forças aguerridas, que desceram pelo São Francisco, que se opera a triunfal e miraculosa batalha do monte das Tabocas, onde se assinalaram valores incontestes de brasiliade e patriotismo” (Medeiros Neto, 1983, p. 39 e 40).

Dos bandeirantes, afirmou serem “os apóstolos do corpo integral da nação”, que “em meio as agruras da mata inóspita e dos sertões ínviros descem, sedentos de expansão e cansados de expandir, às margens insimilares deste São Francisco, verde na gleba, verde na sua história”. Na narração, este rio foi o “ponto de convergência de quase todas as expedições, que procuravam desbravar os nossos sertões, reconhecer as fontes de riqueza, tatear a natureza desse continente fantástico” (Medeiros Neto, 1983, p. 48).

Seguindo as diretrizes do livro *A Marcha para o Oeste* (1940), de Cassiano Ricardo, o padre recuperava a imagem do bandeirante na História do Brasil, já que a “busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir” (Oliveira, 2008, p. 16).

No baixo São Francisco, “além de pernambucanos e baianos [...] foi cenário de incursões de bandeirantes paulistas”, como o “famigerado presador de índios Antônio Raposo Tavares (1598-1658), [...] nos inícios do século 17” (Alves, 1993-1999, p. 233). Para Medeiros Neto, partindo de São Paulo, “centro vital do bandeirantismo do século segundo da colônia, este varão nativo, enfibrado das energias pulsantes do sangue brasílico, faz uma avançada descomunal contra a selvageria devastante do caminho andante do coração da terra. [...] Formou o Brasil de uma só expressão, embrionário ainda, de patriotismo e vinculamento. Uniu a terra e seus filhos contra a sanha do alienígena e a ferocidade do indígena” (Medeiros Neto, 1983, p. 59).

Essa inspiração histórica dos bandeirantes na narrativa de Medeiros Neto pode ser associada à reivindicação de que o Estado brasileiro, nos anos 1940, possa “realizar essa expansão interna, algo como ‘crescer por dentro’, crescer do litoral para o interior” (Oliveira 2008, p. 16 e 20).

Ao mesmo tempo, o missionário foi destacado na narrativa de Medeiros Neto, trazendo informações sobre o clero regular e o “trabalho de catequese em aldeias e missões” (Martins, 2022, p. 140). Para além dos jesuítas, relevou o papel dos franciscanos, capuchinhos, beneditinos e carmelitas, “em verdadeira missão catequética”, que fortaleceram o rio “para o drama do futuro” (Medeiros Neto, 1983, p. 67).

Para Euclides da Cunha, o baixo São Francisco era o “teatro das missões”, sendo que “os aldeamentos, centros da força atrativa do apostolado, fundiam as malocas em aldeias; unificavam as cabildas; integravam as tribos”. No início do século XVIII, “Jesuítas, carmelitas e capucinhos dirigem missões que aldeiam índios Porcáz, Aramuru, Kariri e Cajagós” (Alves, 1993-1999, p. 231).

Na seção “Bispos da Margem”, o historiador alagoano do São Francisco destacou figuras ilustres do episcopado brasileiro, que atuaram nas dioceses ribeirinhas, como D. Augusto Álvaro da Silva, bispo da Barra e depois Primaz do Brasil. De Penedo citou a trajetória do primeiro bispo, D. Jonas de Araújo Batinga e, de Petrolina, D. Antônio Malan, que “edificou um dos melhores templos do Brasil, o melhor da margem sanfranciscana” e fundou o primeiro Seminário do São Francisco (Medeiros Neto, 1983, p. 72-73).

Apesar de desancar as “religiões contrárias” existentes no vale do São Francisco, o autor acabou por revelar a diversidade religiosa da região, com menções aos luteranos, “cardequianos”, protestantes, espíritas e ao candomblé. Se as tratava como “heréticas”, o seu preconceito contra as religiões de matriz africana era mais explícito, caracterizando-as como “misticismo doentio, frutos de credices fetichistas, que os negros trouxeram além-terra e as amas e negros velhos infiltraram no ânimo incipiente da criança de Sinhô e Sinhá”. Se a população aderia aos heréticos, era mais por “ingenuidade dos seus filhos que a maldade deles”, segundo o padre (Medeiros Neto, 1983, p. 75 e 77).

Para ele, a religião católica era um traço fundamental para a viabilização da nação, seguindo as diretrizes de Gilberto Freyre, pois, apesar da diferença racial, o elemento religioso uniu o país. Em sua visão passadista, defendia de que “o problema do Brasil seria exatamente não estar de acordo com as tradições”, especialmente a proveniente da colonização (Guimarães, 1991, p. 281).

Na narrativa, os aspectos políticos do São Francisco estavam ligados aos personagens das classes dominantes. No período colonial, foram realçados os capitães-mores de Penedo (AL) e Barra (BA). No período imperial, as expedições patrocinadas por D. Pedro II, com destaque

para “três ilustres técnicos”: “William Milnor Roberts, Emm. Liais e Henrique Guilherme Fernando Halfeld”. Entre os vultos históricos desse período, ele enfatiza os barões de Cotegipe e Penedo. Mesmo relevando personagens históricos na República, como Delmiro Gouveia, o historiador considera que os governos republicanos não deram a atenção devida ao Vale do São Francisco, mas esperançoso com “o grito de Geraldo Rocha, de Noraldino Miranda, Emílio de Maia”, entendia que o Governo Federal podia colaborar, decisivamente, com ações voltadas “para o rio que cimentou a unidade do Império e [que] leva sua missão histórica no labor perene de vincular a grandeza orgânica e espiritual da nacionalidade” (Medeiros Neto, 1983; p. 79, 88 e 95).

Posteriormente, os interesses das “oligarquias sertanejas”, por ele defendidas, encontraram espaço nos debates sobre a Comissão do Vale do São Francisco, especialmente no que se refere à chamada “solução hidráulica”. Segundo Dilma A. Paula (2012, p. 238), as bases do planejamento dessa comissão “incorporava os conceitos de ‘região’ e de ‘domínio das águas’: navegação, proteção contra as enchentes, irrigação e geração de energia elétrica”.

Como um de seus principais defensores, Geraldo Rocha, reivindicava o “aproveitamento econômico, sistemático e contra o desperdício das propriedades naturais” (Guimarães, 2017, p. 325). A partir de sua crítica ao espírito aventureiro da colonização, este engenheiro sintetizava o seu projeto racional de aproveitamento do rio São Francisco no tripé navegação-irrigação-geração de energia (Pereira, 2017, p. 131).

No livro de Medeiros Neto, esse tripé também estava presente, ainda que de modo diverso no que se refere à questão dos transportes do vale do São Francisco. Era a eles comum a defesa do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, afirmando que “O triunfo do homem começa pela Natureza” e que “os povos que dominam a Natureza, dominam a sua fonte de riqueza no presente e se preparam para expandi-la no futuro. Não deixemos, pois que ‘a cachoeira fique rouca de tanto gritar pelos engenheiros do Brasil’”. Ou ainda o bordão “irrigar para salvar” como um libelo contra o flagelo da seca. Segundo ele, “a obra dos açudes vai atenuando esse mal, embora em caráter muito limitado e local”. Nesse sentido, defendia que a solução era a construção de canais e encanamentos, já previstos pelo engenheiro André Rebouças, no século XIX (Medeiros Neto, 1983, p. 144, 188, 189 e 190).

Entretanto, sobre o tema dos transportes, ele destoava das ideias de Geraldo Rocha, que priorizava a melhoria das condições de navegação, enquanto o padre via nas estradas a

possibilidade de dinamizar a economia do Vale do São Francisco. Se as embarcações a vapor e as ferrovias foram no passado as principais vias de comunicação, Medeiros Neto entendia que elas davam lugar ao dinamismo das rodovias, “que a Inspetoria de Obras Contra as Secas criou na margem esquerda, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, e na margem direita, nos Estados da Baía e Sergipe. São estas largas vias do progresso dinâmico, nos sertões, as chaves da porta do salão verde do triunfo, em nosso ‘hinterland’” (Medeiros Neto, 1983, p. 187 e 159).

Essa leitura considerava as rodovias como “caminhos da civilização”, inserindo-as no contexto mais amplo da missão civilizadora, “de domar a natureza e controlar o povo sertanejo”, empreendida por agentes estatais vinculados a órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o próprio IFOCS (Marinho, 2022, p. 120).

Domando a natureza e o sertanejo, haveria grandes possibilidades econômicas do vale, que é “o verdadeiro oásis desse Brasil Central, grassado pelas secas, flagelado pelas crises consequentes”, destacando que, “mau grado a inclemência da seca, ainda é o gado uma das bases da economia do vale” (Medeiros Neto, 1983, p. 161-162).

Como outros historiadores e geógrafos, comparava o São Francisco com o Nilo, que, “com suas enchentes, fertiliza, rega, molha e banha o rochedo insensível, queimado de sol, e deixa na terra movediça, crestada pelas canículas, o germe da proficiuidade”. Daí o arroz estar presente no vale, sendo exportado pelo porto de Penedo, no baixo São Francisco. Apesar da ausência da irrigação, o milho e o feijão servem para o abastecimento do mercado interno, tal como a mandioca, o inhame, a batata doce e o caroá. Também registrou o café, no Alto São Francisco, e o cacau, esse último limitado a certas regiões baianas. Entre as frutas tropicais, que enchem o vale, o caju e a manga são produtos de larga produção, segundo o autor (Medeiros Neto, 1983, p. 151, 164 e 170).

Das indústrias do vale, destacou o sal e o salitre, as tecelagens, os curtumes, mas sua proposta de industrialização se aproximava, mais uma vez, das ideias de Geraldo Rocha (Pereira, 2015, p. 138), entendendo-a como alternativa para evitar a migração para os grandes centros urbanos, que despovoava o vale, por conta da “ausência completa dos meios precípuos de amparo e proteção ao operário, ao trabalhador rural, principalmente, ao ribeirinho” (Medeiros Neto, 1983, p. 175).

Acreditava que “será na industrialização intensiva desses sertões e na irrigação sistemática das terras que se poderão encontrar os meios eficazes de trabalho sedutor para populações que desejam progredir”. Ao conamar ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, que

salve o Norte para salvar o Brasil, o escritor defendia que “precisamos manter este Brasil nativo, indígena, sumamente brasileiro, com o caboclo radicado no seu rincão”. E conclui que “não o deixemos sair da moldura das suas tradições, hábitos e costumes” (Medeiros Neto, 1983, p. 190-191).

Rio da raça

Desde meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros discutiram o tema da identidade nacional a partir do elemento racial, que tinham como pano de fundo a dissimulação da questão das classes sociais, pois a estrutura racial se constituía como:

a realidade visível e, com a qual se formam as representações de todos os que se preocupam com a tarefa de urdir os fundamentos da nação e da nacionalidade, como se nela estivessem contidos os principais obstáculos ao fim que se propunham (Odália, 1976, p. 37).

Nesse sentido, o projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inspirado no texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), de F. Von Martius, definia a missão específica do Brasil (mescla das três raças/mito da democracia racial) e um caráter pragmático da história como mestra da vida. Apesar de baseada nas teorias deterministas, a história do Brasil foi dominada por essa vertente otimista de que nossa especificidade era marcada pela “história das três raças formadoras, convivendo em ordem e respeitando as hierarquias e desigualdades biológicas” (Schwarcz, 1993, p. 137).

A construção do mito das três raças, formadora do Brasil-cadinho, conforme Renato Ortiz, relatou, nas primeiras décadas do século XX, “a epopeia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais”. Para o sociólogo, transforma-se a negatividade do mestiço antes existente na intelectualidade brasileira em positividade nos anos 1930, principalmente com a obra de Gilberto Freyre, “o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada” (Ortiz, 1985, p. 38 e 41).

Essa transição da negatividade para a positividade do mestiço deve ser inserida no contexto do Estado Novo e seu investimento na homogeneização cultural e étnica, quando, em nome da modernização, a miscigenação e a assimilação assumiram o caráter de projeto político do regime autoritário. O nacionalismo estado-novista, ao privilegiar a miscigenação e a

assimilação, cunhou a “expressão conhecida por ‘raça brasileira’”, que “valorizava a heterogeneidade na formação do ‘homem novo’, mas ao contrário do pensamento do século XIX e das teorias racistas, a perspectiva dos ideólogos do Estado Nacional – Francisco Campos e Azevedo Amaral – era de uma miscigenação positiva” (Santana; Santos, 2021, p. 31).

Como apontou Boris Fausto, este último pensador autoritário afirmava que “a formação de um tipo étnico brasileiro, à altura da tarefa de construção nacional, era um dever do Estado, a quem caberia, para tanto, promover a eugenia, incentivando as uniões convenientes e a seleção das etnias imigratórias desejáveis” (Fausto, 2001, p. 27).

A preocupação com a miscigenação se associava “a outros símbolos que eclodiam no seio das preocupações dos intelectuais, indignados com o cenário de pobreza e doenças encontrado pelos sanitaristas em missões científicas pelo interior do país”. Assim, em um “projeto de modernização (modernidade) da sociedade e reorganização do Estado (autoritário), definiram-se formulações higiênicas e eugênicas capazes de integrar o país, sanear as cidades, mudar os hábitos e transformar os indivíduos em cidadãos educados” (Santana; Santos, 2021, p. 36).

Encontramos no livro de Medeiros Neto, em vários trechos, ecos desse discurso estado-novista. No capítulo *Aspecto Povoativo do São Francisco*, o autor tomava o São Francisco como “centro condensador dos elementos díspares da formação povoativa da Pátria” (1983, p. 104), próximo das ideias de Teodoro Sampaio (2002, p. 52) e João Capistrano de Abreu (1963, p. 154). Para o clérigo, os “movimentos primevos para o povoamento, o São Francisco criou, pois, o sentido da uniformidade geográfica do Brasil e a compreensão moral de um todo racial” (Medeiros Neto, 1983, p. 110).

A sua caracterização como o “rio da raça” advém de que ele é “o cadinho por onde transitaram, na demanda da sua integração, os fatores complexos da raça”, convergência “de todas as expressões humanas da terra”. Nesse rio:

Caldeiaram-se, aí, como em uma mansão estrutural da etnologia brasílica: o negro, o selvícola e o branco. [...] Amalgamados, pelos laços de uma construção genética, estes três tipos vitais oferecem o espécime racial: o filho do Brasil, mameleuco, cafuso ou caboclo (Medeiros Neto, 1983, p. 4).

Se a narrativa destacou a diversidade étnica dos povos originários no vale do São Francisco, lembrando os “carapotas [sic], acorânes, cariris e tupimbás [sic]”, também revelou o etnocídio das missões religiosas no passado, quando a colonização afastou “alguns violentos

representantes da raça ameríndia, ou neutralizando-lhes a selvageria, pacificando os cariris, levando missões por todas as nucleações da ribeira, veio [sic] a constituir-se o São Francisco, o asilo [sic] seguro de um Brasil, ameaçado no seu litoral, constantemente”. Nesse sentido, foram registrados os aldeamentos da Ilha de São Pedro e Porto Real do Colégio, mas também Brejo dos Padres, no Raso da Catarina, onde estavam agrupados os pancurús ou pancararus. Segundo o autor, eram remanescentes dos antigos índios (Medeiros Neto, 1983, p. 110 e 184).

Entretanto, o livro realizou uma operação historiográfica de apagamento da presença indígena na região, ao afirmar que “no século XX, não mais teria tabas nem índios” (Medeiros Neto, 1983, p. 105). Esse projeto de branqueamento da população aconteceu em outros estados nordestinos, como vemos no livro *História do Rio Grande do Norte*, de Luís da Câmara Cascudo, que tem como ponto de partida da narrativa a ação do colonizador, apresentando “os indígenas, nessa primeira etapa, como apêndices dos europeus e [que] desaparecem no século XIX” (Silva, 2006, p. 114). Podemos afirmar que a identidade de “caboclo” servia de lastro para o apagamento da memória dos povos originários no nordeste brasileiro.

Já o lusitano foi caracterizado como “colono, aventureiro, comerciante e soldado”, sendo considerado “o formador da segunda geração sanfranciscana”. Se do índio a memória está presente nos nomes dos lugares e acidentes geográficos, plantas e animais, no caso português, as tradições cristãs demarcam os costumes domésticos e sociais nas festas populares ou nos nomes das famílias tradicionais (Medeiros Neto, 1983, p. 105-106).

Segundo Flávio Dantas Martins, diferindo de outros escritores da época, o escritor enfatizou o negro na formação social do Vale do São Francisco, ainda que a ideologia do branqueamento pelo amálgama racial fosse o horizonte de sua escrita. Se o “negro tinha lugar na memória do São Francisco, mas não no futuro expresso na narrativa do livro, pois desapareceria devido à mestiçagem, confundida com embranquecimento pelo autor” (Martins, 2022, p. 143).

Como o “tipo-amálgama dos três fatores básicos do sistema demográfico sanfranciscano”, surge o sertanejo, “verdadeiro formador do vale” e “representante regional, de características individualizantes”, nas palavras do escritor. “Como curraleiro, enriqueceu de fazendas toda a ribeira, disseminou currais à mão cheia. Como pardieiro, vaqueiro ou apossante, realizou verdadeira colonização, o povoamento”. Ao lado dele, o fazendeiro se constituiu no “fundamento da estrutura econômica sanfranciscana” (Medeiros Neto, 1983, p. 108).

A positivação do sertanejo do São Francisco era compartilhada por Geraldo Rocha, tratado, na perspectiva euclidiana, como “resistente, astuto, capaz de sacrifícios extremos e um representante sem igual da nacionalidade brasileira” (Ribeiro, 2022, p. 252). Assim considerado, o historiador alagoano afirmava que “não aproveitar o sertanejo, para a integração da elite nacional, será o maior erro da nossa história. O homem do sertão tem possibilidade tem de se tornar um elemento de seleção”, pois possui “Sangue de guerreiro, sangue de herói, borbulha, freme e estua nas artérias deste caboclo afoito, intimorato e intrépido que povoa os nossos sertões” (Medeiros Neto, 1983, p. 178).

Entretanto, as instituições civilizatórias eram incipientes no vale, como é o caso da instrução pública, inexistindo “centros de formação do nosso homem rural”. Apesar da presença, em todo o vale, de grupos escolares e colégios, nenhuma escola superior foi identificada pelo escritor. O mesmo ocorreu com a assistência social, também precária com poucas instituições benfeitoras, geralmente vinculadas à Igreja Católica. Com relação à imprensa, o clérigo complementou as informações de Moreno Brandão, no início do século XX, realçando o jornal *Correio da Pedra*, de Delmiro Gouveia, e periódicos marginais em Penedo, Propriá, Barra, Xique-Xique, Juazeiro, Pirapora, entre outras localidades (Medeiros Neto, 1983, p. 179-181).

Segundo o padre, o avesso da medalha das letras e da luz é a existência do jagunço, considerado verdadeiro flagelo da região da caatinga. “Bandoleiro e sicário, salteador e criminoso, este representante da perversidade e ignorância se caracterizou nas figuras tristemente célebres dos bandidos Neco e Lampião, que devastaram, respectivamente, o Alto e o Baixo São Francisco”. O primeiro foi considerado como o “protótipo do bandido”, atuando nas cidades de Januária, Pirapora e Carinhanha, coadjuvado pelo capitão Francisco de Magalhães, fazendeiro e chefe de jagunços. As suas barbaridades foram registradas no relato de Teodoro Sampaio, quando de sua passagem pelas cidades de São Francisco e Januária, em 1879 (Medeiros Neto, 1983, p. 181).

Definiu Lampião como “o sicário do nosso século”, com o seu “sangue frio de algoz”, com “petrificado coração de satânico representante da chacina, do saque, do roubo e da morte”. Em largas pinceladas, a narrativa justificou essa interpretação do rei do cangaço, afirmando que “tivera sempre sentimentos de perversidade”, desde a infância nos sertões pernambucanos. O sentimento de vingança também marcava sua personalidade, pois, segundo o autor, nas brigas com os seus companheiros de adolescência “vingava-se sempre com uma mordida de tirar

sangue”. O destino inexorável era seguir para o cangaço: “psicologia do instinto”, nas palavras do historiador, que incorreu em imprecisões para contar a história do famoso bandoleiro. Deu sua alcunha, afirmou que advinha por levar “na sua bagagem o lampião da tropa” de Antônio Porcino e não de Sinhô Pereira. Também colocou, equivocadamente, sua morte “no sítio afastado de Angico”, em 1939, e não em 1938 (Medeiros Neto, 1983, p. 182 e 183).

A denúncia do drama social do cangaceirismo faz com que solicite o reconhecimento por parte do Estado do papel “do sertanejo do vale, como sentinelas eternas dos destinos da Pátria”, precisando ser ele amparado “no local, mesmo de onde partem para engrandecer o Brasil e glorificar a Pátria. Não o deixemos sair da moldura das suas tradições, hábitos e costumes” (Medeiros Neto, 1983, p. 191).

O nacionalismo transbordante da narrativa sentencia que:

Vive-se, ali, como se vivêramos à mercê do Brasil, que a Europa patrocinou nos seus costumes e nas suas exigências sociais. Do mar ao São Francisco há o traço da navegação e o hífen da entrada civilizadora do século XX (Medeiros Neto, 1983, p. 197).

Em continuidade a outros intelectuais da primeira metade do século XX, como Vicente Licínio Cardoso e Geraldo Rocha, Medeiros Neto construiu um discurso unificador entre o São Francisco e a Nação, no passado, no presente e no futuro. Para todos eles, o rio era a base do Brasil sertanejo, autêntico e representante do “melhor espírito de unidade da pátria e harmonia social” (Medeiros Neto, 1983, p. 3 e 110).

Usos da história do São Francisco

À guisa de conclusão, pensamos que a obra histórica e a prática política do padre Medeiros Neto estão ancoradas na tradição historiográfica conservadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres estaduais, defensora do mito das três raças formadoras do povo mestiço brasileiro. Como assinalou Manoel L. S. Guimarães (2000, p. 22-23), existem profundas relações entre essa escrita da história oitocentista e os projetos de construção nacional, na medida em que consolidam “entrelaçamentos entre projetos de escrita sistemática das lembranças do passado e produção de memória social”.

No final do século XIX, as teses de F. Von Martius e de H. Handelmann reverberaram nos escritos do historiador sergipano João Ribeiro, que foi decisivo na trama narrativa de

Medeiros Neto de considerar o São Francisco “o grande caminho da civilização brasileira” e base das “feições e fisionomia própria” do Brasil, derivada “do colono, do jesuíta e o mameleuco, da ação dos índios e dos escravos negros”. Esse amálgama racial determinou as manifestações da própria nacionalidade. Segundo Ribeiro, era o “Brasil brasileiro” (Ribeiro, 1967, p. 19 e 138; Hansen, 2011, p. 14).

No contexto do Estado Novo, o trabalho de João Ribeiro vai ser destacado como exemplar do *métier* do historiador no suplemento literário *Autores e Livros*, em seu esforço “definir um sentido para o Estado-nação e de traçar seus vínculos com a criação cultural em geral e com a escrita da história em particular”. Além da erudição como fundamento do saber histórico, Ribeiro postulava um consciente comprometimento com o presente, isto é, “a história é obra de erudição e de filosofia, interpreta fatos passados, dando-lhes um sentido sempre vinculado às perspectivas do presente” (Gomes, 1996, p. 11 e 110).

O enfrentamento da “questão racial” no Estado Novo seguia a mesma lógica dessa historiografia vinculada ao IHGB, do século XIX. Cabe perceber que “o Estado Novo foi um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira e, mais precisamente ainda, de que maneira tal mito se articulou a uma certa versão da história do Brasil” (Gomes, 1996, p. 192).

Vimos que a produção historiográfica de Medeiros Neto pode ser inserida nesse contexto, na associação estabelecida entre a miscigenação e o determinismo geográfico, nesse trecho:

Pacífico ambiente de um Brasil sertanejo de natureza pura e sentimentos místicos... O português, o índio e o preto, ali, se harmonizaram pelos laços biológicos, morais, sociais, religiosos e políticos como se o imperativo da terra impusesse a união das almas (Medeiros Neto, 1983, p. 110).

Para Flávio Dantas Martins:

Medeiros representou uma memória na qual se desenvolveu no vale um campo idílico, patriarcal”, sendo que o amálgama racial obliterava as diferenciações sociais entre as classes existentes no vale. Apegado às tradições, sua escrita possuía uma visão positiva do sertanejo sanfranciscano, a partir da visão classista da qual era parte de que o “fazendeiro caboclo, católico, patriarcal, tradicional, (...) não progredia apenas porque a situação lastimável dos transportes fluviais, abandonados pela república, o impedia de exportar sua produção” (2022, p. 145).

Entendemos que sua *História do São Francisco* traz as marcas do seu tempo, buscando dar “um sentido para o Brasil a partir dos sertões”, especialmente no que concerne ao aproveitamento econômico, com um planejamento que evitasse o desperdício das potencialidades naturais do vale (Guimarães, 2017, p. 325).

É perceptível que a sua leitura da história do São Francisco se aproxima da de Geraldo Rocha, que pode ser considerado como uma das principais referências históricas sobre São Francisco à época, no sentido de que ambos os escritores estruturaram as suas narrativas na construção de uma relação entre passado, presente e futuro “como um conjunto fixo de verdades factuais movendo-se em uma linha de desenvolvimento singular, constantemente aprimorada e contínua” (Scott, 2023, p. 39).

Tanto um como o outro justificavam a centralidade do São Francisco para a nação, objetivando convencer o Estado brasileiro da necessidade de investimentos no vale. Primeiro, pela dívida histórica de que “a população são-franciscana teria sido a responsável por forjar a unidade nacional”. Segundo, por razão estratégica e de sobrevivência enquanto nação, o vale deste rio experimentava a perda progressiva da navegação e a miséria social levava ao êxodo para os grandes centros urbanos (Pereira, 2015, p. 137).

As ideias de Geraldo Rocha e Medeiros Neto estiveram presentes nos debates parlamentares para a constituição da Comissão do Vale do São Francisco no imediato pós-guerra, convergindo, ainda que de modo distinto em sua influência nas decisões políticas, para as ações do novo órgão estatal, criado em 1948, que tinha por objetivos, além da distribuição das águas, “a utilização do potencial hidrelétrico e a modernização dos transportes do São Francisco. Dessa forma, em última instância, pretendiam-se criar condições para a fixação humana na região” (Calicchio, s/d).

Portanto, esperamos ter trazido problematizações relevantes para o conhecimento do historiador alagoano do São Francisco que, apesar de não ter tido a repercussão de outros livros no cenário nacional à época, como o de Geraldo Rocha, possibilita-nos refletir sobre os usos políticos da história no contexto do Estado Novo (1937-1945), no entrelaçamento entre a sua produção historiográfica sobre o rio, com a preocupação política de construir um passado que lhe conferisse o papel de lugar privilegiado para se pensar o Brasil como nação (Guimarães, 2017, p. 327).

Referências

Fontes Hemerográficas

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 14344, 8/8/1941.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15343, 7/11/1944.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15468, 7/4/1945.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15738, 21/2/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15749, 8/3/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15750, 9/3/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15754, 14/3/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15761, 26/3/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15765, 30/3/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15779, 12/4/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15793, 30/4/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15801, 10/5/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15804, 14/5/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15807, 17/5/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15811, 22/5/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15818, 30/5/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15824, 6/6/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15866, 25/7/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15889, 21/8/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 15933, 11/10/1946.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 16008, 10/1/1947.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 9/7/1948.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

ALVES, Francisco José. O Missionário, o Bandeirante e o Sesmeiro: notícias sobre a ocupação histórica do Baixo São Francisco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 32, p. 229-237, 1993-1999.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 (2v.).

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas seguido de O Baixo São Francisco: o rio e o vale*. Maceió: EDUFAL, 2015.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da USP/Itatiaia, 1977.

CALICCHIO, Vera. *Comissão do Vale do São Francisco (verbete)*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-do-vale-do-sao-francisco-cvsf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (Coleção Brasiliiana, v. 13).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. In: GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHOR, Marcos. O Antissemitismo na Era Vargas. *Estudos Históricos*. v. 1 n. 2 (1988), p. 304-309.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Descobrindo o Brasil). Edição do Kindle.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. O Rio São Francisco como esteio da nação: Notas sobre os ensaios de Geraldo Rocha e Wilson Lins. *Revista Labirinto*, ano XVII, v. 26, abr.-jun. 2017, p. 318-335.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel L. S. A historiografia brasileira do século XX: Os anos 30. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 152 (370): 275-288, jan./mar. 1992.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*. Pelotas, v. 6, 21-36, dezembro/2000.

HANSEN, Patrícia Santos. O professor e o historiador: João Ribeiro e a aproximação das práticas de escrita e de ensino de história na passagem do século XIX para o XX. In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*. Florianópolis/SC, 18, 19 e 20 de abril de 2011.

MARINHO, Anderson Henrique Ferreira. *O Sertão de Canudos em ebulação: ciência, política e memória na construção do Açude Cocorobó*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, FGV, 2022.

MARTINS, Flávio Dantas. Conhecimento científico, instituições e o rio São Francisco (1850-1948). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 16, n. 1, p. 135- 157, jan./jun. 2023.

MARTINS, Flávio Dantas. *O Rio São Francisco na história: o uso público da memória e o projeto de meio técnico-científico – Brasil 1930–1950*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Goiás, 2022 (Tese de doutorado).

MEDEIROS NETO, Luís Meneses. *História do São Francisco*. Maceió: Secretaria de Educação e Cultura, 1983.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *Gustavo Barroso: Um cearense “ariano”*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

NARA M. C., S., & Ricardo, A. dos S. Proyectos de modernidad: autoritarismo, eugenésia y racismo en el Brasil del siglo XX. *Revista De Estudios Sociales*, 1(58), 28-38, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res58.2016.02>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*. Nº 12, abril de 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULA, D. A. (Des)Venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Alfred Hirschman. In: PAULA, D.A.; CORRÊA, M.L. (org.). *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

PAULA, D. A. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2981>. Acesso em: 11 fev. 2024.

PAULA, D. A. Sob o “domínio das águas”: as hidrelétricas de Três Marias e Paulo Afonso como expressão das disputas no interior das Comissões do Vale do São Francisco. In: PAULA, D. A.; PEREIRA, L. M. (Orgs.). *Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres*. Jundiaí: Paco, 2017.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Em nome do Vale e da Nação: a intervenção de Geraldo Rocha, Manuel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade de; Laurindo Mékie Pereira (Org.). *Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres*. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Geraldo Rocha e os projetos do Vale do São Francisco. In: PAULA, D. A.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

RIBEIRO, Erica Naiara dos Santos. Geraldo Rocha e o sertanejo são-franciscano. TRAPP, Rafael Petry, SANTANA, Napoliana Pereira (Orgs.). *Escravidão e pós-abolição nos sertões do São Francisco. Problemas e abordagens (Oeste da Bahia, séculos XIX e XX)*. Salvador: Editora da UNEB, 2022.

RIBEIRO, Guilherme Leite. Profissão de fé: A retórica anticomunista dos deputados clérigos da Ação Democrática Parlamentar nos anos 1960. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 41(1): 175-198, 2021 (DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872021v41n1cap07>).

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967 (Coleção Brasileira de Ouro).

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil*. 4^a. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004 (Coleção Brasiliana).

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Coleção Retratos do Brasil).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa de Alagoas e as “cousas do passado”. *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 43, pp. 95-116, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. Os usos políticos da história. *Fronteiras - Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 37-52, jan./2023.

SILVA, Marcos. História do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.